

In Conflict responde directamente à pergunta lançada por Hashim Sarkis, curador-geral da Biennale Architettura 2021: 'How will we live together?', revisitando uma selecção de processos da arquitectura portuguesa em Democracia moldados por um amplo debate público entre o poder político, a imprensa e a sociedade civil.

A cidade e o território, enquanto arenas de conflito, são construções colectivas onde o dissenso – condição implícita à pluralidade do espaço democrático – dá forma à produção da arquitectura. Através da exposição e de um ciclo de nove debates, *In Conflict* pensa o papel da arquitectura enquanto disciplina pública, política e ética, na expectativa de cumprir um futuro em comum.

Este livro, o primeiro tomo de um catálogo pensado a duas partes, retrata a exposição patente no piso nobre do *Palazzo Giustinian Lolin*. Tal como ao longo das salas do *Palazzo*, revisitam-se nestas páginas sete processos vivos da arquitectura portuguesa que abordam a questão da habitação.

In Conflict directly answers the question posed by Hashim Sarkis, general curator of the Biennale Architettura 2021: 'How will we live together?' revisiting a selection of processes of Portuguese architecture in the democratic period shaped by a comprehensive public debate between political power, the press, and civil society.

The city and the territory, as arenas of conflict, are collective constructions where dissent – an implicit condition for the plurality of democratic space – gives shape to the production of architecture. Through an exhibition and nine debates, *In Conflict* considers the role of architecture as a public, political, and ethical discipline, in the hope of fulfilling a common future.

This book, the first volume of a two-part catalogue, covers the exhibition on the main floor of *Palazzo Giustinian Lolin*. Just as throughout the rooms of the *Palazzo*, these pages revisit seven processes of Portuguese architecture that address the issue of housing.

Pavilhão de Portugal
Curadoria depA architects

Portugal Pavilion
Curated by depA architects



- 1 Torres do Bairro do Aleixo
- 2 Conjunto Habitacional Cinco Dedos
- 3 SAAL Algarve – Apeadeiro da Meia-Praia
- 4 Plano de Pormenor da Aldeia da Luz
- 5 Reconversão do Estaleiro da Margueira – A Elipse
- 6 Reabilitação da Ilha da Bela Vista
- 7 Reconstrução de Casas Destruídas pelos Incêndios de 2017

- 1 Aleixo Towers Neighbourhood
- 2 Cinco Dedos Housing Estate
- 3 SAAL Algarve – Meia-Praia
- 4 Construction Plan of Aldeia da Luz
- 5 Reconversion of the Margueira Shipyard – Ellipse
- 6 Rehabilitation of Ilha da Bela Vista
- 7 Reconstruction of Houses Destroyed by Wildfires in 2017

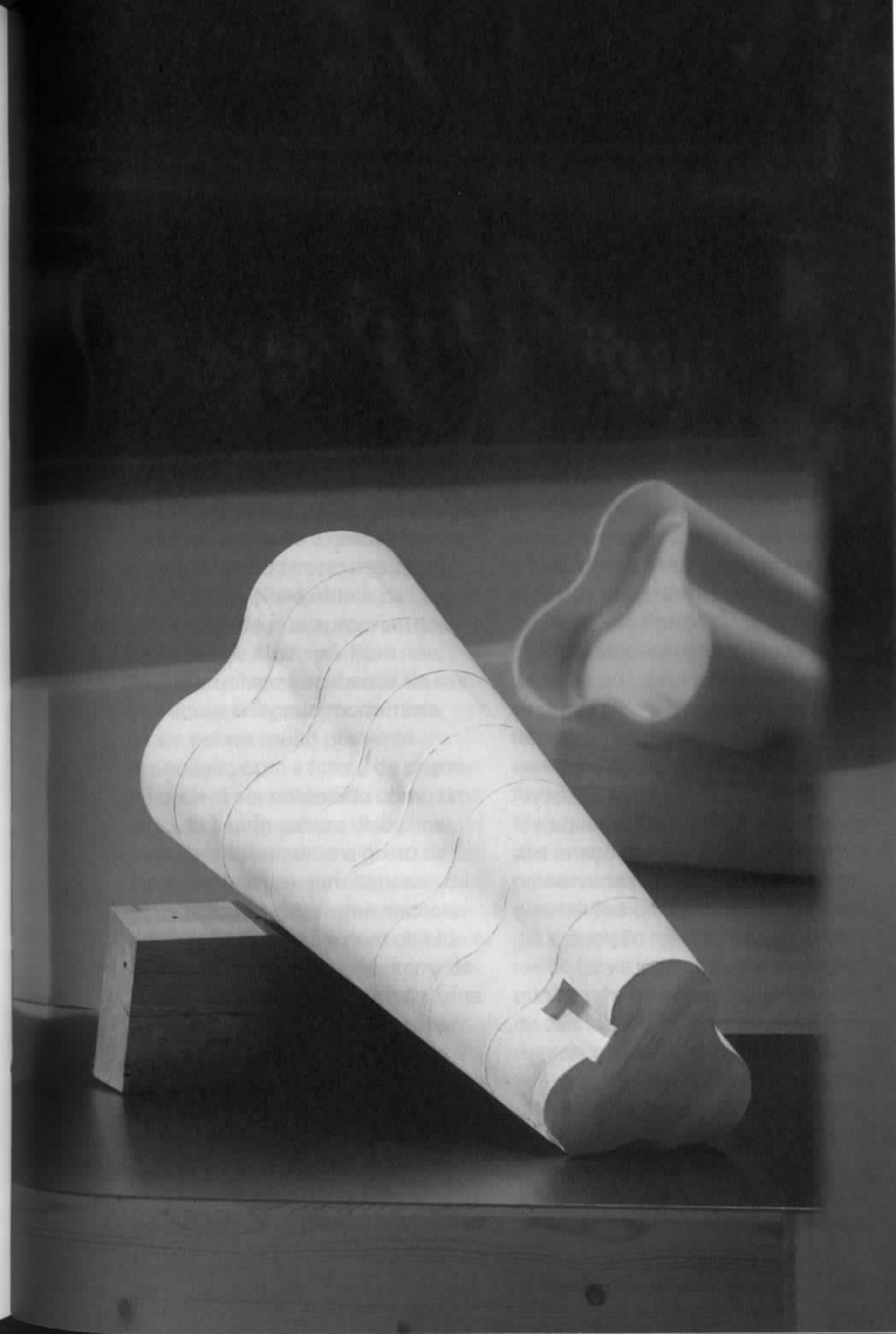


- A. Depósito de Água
Water Tank
João Francisco Figueira
& Pedro Bandeira

- B. Em notícia
In the news

- C. Em diálogo com
In dialogue with
João Francisco Figueira
& Pedro Bandeira

- D. Processos relacionados
Related processes



A. Depósito de Água Water Tank João Francisco Figueira & Pedro Bandeira

Depósito de Água, 2020;
João Francisco Figueira e Pedro Bandeira
Gesso, madeira

Water Tank, 2020;
João Francisco Figueira and Pedro Bandeira
Plaster, wood

A chegada à Nova Aldeia da Luz é marcada por um elemento vertical que se destaca face à horizontalidade da planície alentejana. É um reservatório de água, que teria de ser necessariamente elevado do ponto de vista funcional, e é também um miradouro que permite a visão panorâmica da aldeia e da sua relação com a albufeira da barragem do Alqueva, o maior lago artificial da Europa.

Na aproximação ao depósito, construído em betão armado à vista, reconhecemos a forma da chaminé da Unidade de Habitação de Marselha de Le Corbusier. A semelhança não é casual. Houve, desde a fase do concurso para o projeto da Nova Aldeia da Luz, a intenção de nos apropriarmos da forma da chaminé. Para nós, jovens arquitetos, acabados de sair da escola, o legado modernista ainda estava muito presente. O depósito com a forma da chaminé poderá ser entendido como um atributo a uma cultura disciplinar, mas paradoxalmente o gesto de tornar a chaminé num depósito de água (a forma não segue necessariamente a função!) e num objeto térreo, também evoca o enterro da própria Unidade de Habitação, uma referência que teríamos de saber ultrapassar, apesar da sua dimensão facilmente albergar todas as famílias da Nova Aldeia da Luz.

Mais do que a Le Corbusier, é a Giancarlo De Carlo a quem devemos uma metodologia participativa de pensar a construção da Nova

Aldeia da Luz – só existe uma política pública que envolva o público. Em vez de 'soluções', começamos por apresentar proposta, capazes de lançar um debate aberto com a população. A localização da nova aldeia, a sua morfologia, os seus equipamentos, as novas casas, não emergiram da fase de concurso, mas da concertação com a população em diferentes fases e formatos. Atentos à lição de De Carlo, para envolver os participantes foi necessário colocar o debate num plano com que as pessoas conseguissem efetivamente relacionar-se, assim ganhando destaque as maquetas e desenhos expressivos, o que afinal é bem diferente dos desenhos diáfanos que cultivámos na nossa formação no Porto.

Respeitou-se o consenso alargado de que a nova aldeia deveria ser 'uma aldeia alentejana' – casas térreas, brancas e com telhados vermelhos – ao contrário do que Álvaro Siza tinha projetado na Malagueira. Respeitou-se a vontade das relações de vizinhança serem preservadas e, conseqüentemente, quarteirões com a mesma morfologia e posição relativa, daqui decorrendo que a estrutura dos espaços públicos tem correspondência com os da aldeia preexistente; já as pendentes, secção dos arruamentos, sua constituição material, são bem diferentes, por razões de topografia, regulamentares e decisão do projeto, determinando que no seu conjunto o espaço público seja outro; é um daqueles casos em que

as aparências enganam. Aceitou-se a agregação de parcelas dispersas do mesmo proprietário e alguns fraccionamentos, propuseram-se novas tipologias de casa, propôs-se que onze casas excepcionalmente bem conservadas fossem reconstruídas recorrendo às mesmas tecnologias tradicionais, mas apenas dois proprietários aceitaram, ainda assim com significativas alterações. Em geral, os participantes ambicionavam a ter casas 'modernas', 'com corredor' e 'placa de teto' sendo que o moderno deles não coincidia com o nosso, de arquitetos.

O processo participativo teve as suas incidências temáticas e também lacunas. Assim, foram intensamente debatidos a localização da Nova Aldeia, a morfologia do conjunto (aspecto dependente da preservação, ou não, da sequência dos vizinhos), a localização dos equipamentos e, sobretudo, a organização do lote, da habitação (sua tipologia), anexos domésticos (as cozinhas exteriores, de lume) e agrícolas (os casões e outros).

Já o depósito de água passou praticamente incólume, desde a fase de concurso até ao projeto final, salvo pontual pedido para se afastar das casas, o que afinal acabou por o destacar na paisagem.

Porventura a construção da Nova Aldeia da Luz terá sido um dos processos mais participados da história da arquitetura portuguesa, tendo os arquitetos conquistado a confiança de uma maioria muito expressiva da população, que viria a

assinar o contrato de permuta que lhe foi proposto. Houve também exceções, casos cujo acordo com o Estado foi negociado à margem da equipa de arquitetos, alterando-se características fundamentais do projeto desenvolvido. A população tinha do seu lado a atenção da comunicação social, o Estado tinha a urgência de construir a Nova Aldeia de modo a não pôr em causa o projeto da barragem, o projeto era o elo mais fraco e teve que acomodar alterações de última hora pouco conformes ou mesmo francamente dissonantes em relação ao trabalho participativo realizado. Talvez por isso disse-nos um dia Siza a propósito da Nova Aldeia da Luz: "*estão na boa idade para cometer erros.*"

Passadas duas décadas a Nova Aldeia da Luz continua a parecer um povoamento desertificado. No passado não era melhor, mas talvez agora se note mais devido ao facto de a Nova Aldeia da Luz ter uma escala maior. Para fazer face a constrangimentos funcionais (cozinhas, WCs, etc.) e de modo a que todas as divisões habitáveis passassem a dispor de janela, a área das casas cresceu e sobretudo a sua frente; as ruas ganharam passeios, árvores, estacionamento. Construíram-se novos equipamentos, zonas denominadas de 'industriais' (apenas uma mancha no plano de pormenor cumprindo o caderno de encargos), mas isto não contrariou a tendência para a migração do Alentejo para o litoral

ou para o estrangeiro. A própria construção da aldeia foi efetuada com mão-de-obra oriunda de África e granito da China.

A arquitetura por si só nunca será capaz de resolver a complexidade das dinâmicas demográficas, económicas e sociais. Nem mesmo a arquitetura participada, que fatalmente tem como horizonte o(s) imaginário(s) dos participantes. Sem participação, provavelmente não se teria feito a Nova Aldeia, mas, na melhor das hipóteses, um novo bairro na sede de concelho, Mourão, a uns escassos seis km, já então com problemas de fixação de população e, conseqüentemente, de desenvolvimento de serviços mais qualificados (desde mediateca, a serviços de saúde, trabalho, o que se queira). Com a participação fez-se, com os equipamentos e habitações desejadas, e com dificuldade em lançar o debate em relação a equipamentos que permitissem projetar a Nova Aldeia num futuro menos de sequeiro e mais ribeirinho, com habitações não pensadas apenas no prisma da herança familiar e mais dos visitantes futuros, e assim por diante.

A Nova Aldeia da Luz é o resultado de um processo participativo no qual os participantes e projetistas se investiram totalmente, processo cheio de virtudes, que em reta final teve alguns desvios e atalhos relevantes, mas ainda processo que teve como principal limitação a dificuldade em superar a contingência, a dificuldade dos intervenientes

locais se projetarem no horizonte de algumas décadas mais adiante, de uma paisagem profundamente alterada. Poderia ter sido de outra maneira?

Mas a Nova Aldeia da Luz de 2020 não é apenas isto. É ainda o resultado do que quem desenha o território – município, outras entidades, agentes económicos e da sociedade civil – têm querido ou podido imaginar, a partir da intensa e gratificante experiência que foi o seu projeto participado que culminou na inauguração de 2002.

/

On arrival at Nova Aldeia da Luz the most prominent feature is a vertical structure that stands out among the horizontal layout of the Alentejo plains. It is a water tank, which has to be elevated in order to function properly, and it is also a lookout point that provides a panoramic view of the village and its relationship with the Alqueva reservoir, the largest artificial lake in Europe.

Approaching the tank, which is built of visible reinforced concrete, we recognise the shape of the chimney of *Unité d'Habitation* in Marseille by Le Corbusier. The similarity is not coincidental. We intended to appropriate the shape of the chimney right from the start of the tender process of Nova Aldeia da Luz. For us, as young architects who had just finished university, the modernist legacy was still very much in our minds. The chimney-shaped tank can be understood as an attribute of a culture of discipline, but paradoxically turning the chimney into a water tank (form does not necessarily follow function!) and into a grounded object, it also evokes the burial of the *Unité d'Habitation* itself, a reference that we would need to get over, even though due to its size it can accommodate all the families in Nova Aldeia da Luz.

Rather than Le Corbusier, it is Giancarlo De Carlo to whom we owe the participatory methodology for construction of Nova

Aldeia da Luz – public policy can only involve the public. Rather than ‘solutions’, we started by putting forward a proposal that might launch an open discussion with the population. The location of the new village, its morphology, its facilities, the new homes, they did not emerge at the tender stage, but in liaison with the population at different stages and in different formats. Considering De Carlo’s lessons, in order to involve participants we had to put the debate on a level that people could actually relate to, which increased the importance of expressive models and drawings, quite different from the diaphanous drawings that we nurtured in our training in Porto.

The broad consensus that the new village should be ‘an Alentejo village’ was respected – whitewashed single-storey houses with red roofs – unlike what Álvaro Siza had designed at Malagueira. The wish for neighbourly relations to be kept intact – and, therefore, to keep blocks morphologically the same and in the same relative position – has meant that the structure of public spaces corresponds to the original village. However, the slopes profiles of the streets, and its construction materials, are quite different, due to topography, regulations and project decisions, which meant that overall public spaces are different.

It is one of those situations in which appearances can be deceptive. The new layout accepted the aggregation of scattered properties of the same owner and some splitting of properties; proposed new types of housing; eleven exceptionally well preserved houses were proposed to be rebuilt using the same traditional technologies, but only two owners accepted and with significant changes. In general, participants wanted ‘modern’ houses, ‘with a corridor’ and a ‘flat ceiling’ although their modern was not the same as ours, as architects.

The participatory process had its impact on certain areas as well as its gaps. Thus, there was an intense discussion on the location of Nova Aldeia, its morphology as a whole (dependent on keeping, or not, the relative location of neighbours), the location of facilities and, especially, the organisation of lots, housing (type), domestic outbuildings (outdoor kitchens, cooking areas) and agricultural outbuildings (sheds and others).

However, the water tank was virtually untouched, from the tendering phase until the final project, except for a request to have it further away from the houses, which in the end made it stand out within the landscape.

The construction of Nova Aldeia da Luz was perhaps one of the most participatory processes in the history of

Portuguese architecture, with the architects gaining the trust of a very significant majority of the population, which went on to sign the exchange contract that was proposed. There were also exceptions, cases whose agreement with the State was negotiated without the involvement of the team of architects, which changed the fundamental characteristics of the developed project. The population had media attention on its side, the State had the urgency of building Nova Aldeia so as not to jeopardise the dam project, the design was the weakest link and had to accommodate last minute changes that were out of line or even a downright clash with the participatory work carried out. Perhaps that is why at one point Siza told us in relation to Nova Aldeia da Luz: “*you are at a good age to make mistakes.*”

After twenty years Nova Aldeia da Luz still looks like a deserted settlement. In the past it was no better, but perhaps now it is more obvious because Nova Aldeia da Luz has a bigger scale. To deal with functional constraints (kitchens, bathrooms, etc.), and so that all the habitable rooms would have windows, the area of the houses increased (and especially their frontages), the streets got pavements, trees, and parking. New facilities were built, ‘industrial’ areas (just a patch on the detailed plan to comply

with the tender specifications), but this was not enough to reverse the migratory trend from Alentejo to the coast or abroad. The actual construction of the village was carried out using labour from Africa and granite from China.

Architecture alone will never be able to solve the dynamic complexity of demographic, economic and social issues. Not even participatory architecture, which inevitably has as its horizon the imagination(s) of the participants. Without this participation it is likely that Nova Aldeia would not have been built, but, at best, it would have been a new neighbourhood in the county seat, Mourão, some six km away, which already had mounting population problems and, consequently, development of better services (ranging from the library, health services, jobs and whatever else). Participation brought facilities and the homes the population wanted; with difficulty launched a discussion about facilities that would make it possible to design the new village focused on a more riverside, rather than non-irrigated, future, with houses designed with considerations beyond family heritage and more focused on future visitors, and so forth.

Nova Aldeia da Luz is the result of a participatory process in which participants and designers were fully invested, a virtuous

process, which in the final stage saw some significant deviations and shortcuts, but still a process whose main limitation was a difficulty in overcoming contingencies, the difficulty of local actors to project themselves into the future of a profoundly altered landscape. Could it have been any other way?

But that is not all that Nova Aldeia da Luz is in 2020. It is also the result of whoever designs the territory – municipality, other entities, economic agents and civil society – have wanted or been able to imagine, based on the intense and rewarding experience of its participatory project that ended in its inauguration in 2002.

/

TEMA DE CAPA



É como se fosse brincar às casinhas. De facto, não é brincadeira nenhuma reconstruir a Aldeia da Luz, dos confins do Alentejo, para fugir ao novo dilúvio que virá da barragem de Alqueva e a inundará

EMIGRAÇÃO COLECTIVA DE UMA ALDEIA ALENTEJANA

Mudar de terra sem mudar de casa

Mudar uma aldeia, de um lado para o outro, para que não morra, parece uma história para contar a crianças. Mas é o que vai acontecer à Aldeia da Luz, junto ao Guadiana, quando as águas da barragem de Alqueva subirem.

HUMBERTO VASCONCELOS

Aldeia da Luz, localidade do concelho de Mourão, não será uma nova Vilarinho das Furnas, apesar de em breve se ficar debaixo de água, submersa pela barragem de Alqueva. O povo foi consultado e decidiu que nem nova aldeia, e também servem quem os que tinham. Não querem dinheiro de compensação. Ou que queiram, são um dia.

Tabela do senhor Godinho. Deixado à direita de quem entra, bancos cor-de-rosa de madeira todos à roda, enfeitada à parede. Mas não há. Local de encontro de gerações. Falamos da mudança da aldeia. Ponteeando a copeira.

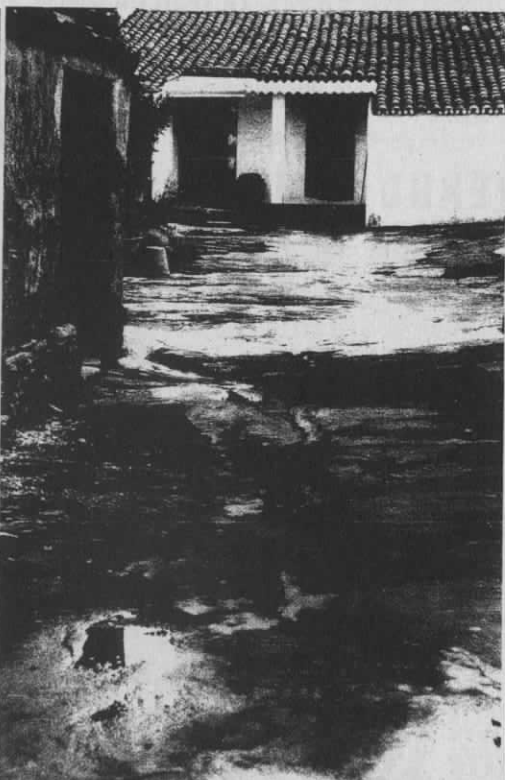
O povo meditou a mudança

«É está enfeitado. É na terra da Jálou, um monte da família dos Dragos, gente de lá dos algarves. Agora tenta saber se é de lá ou se é o Governo) vão cumprir. Desta feita já me chateo que vamos mesmo ter barragem. O nome (leia-se ministro Valente de Oliveira) garantiu. Mas o que eu tenho pena é que se calhar já não a vejo. Trinta anos para fazer isso lá. Será para filhos e netos», disse Godinho.

Nova aldeia com modelo na velha

Um rodado de copos solta a língua.

«O nome disse que tudo lá ser ao modelo daqui. Que os vizinhos ficavam com os vizinhos, mas todos nas mesmas ruas e nas mesmas con-



Luz: UMA ALDEIA que todos o parto ao passado e parto para o futuro

dições, dia em dia nos presentes. Outros respondem que «está bem, mas há coisas que se não podem mudar, o amor e a carinhão que nos fica agarrado a estas casas, terras, cozinhas e fajãs, que durante anos fomos tratando com as nossas mãos. E os quartos, onde nascemos e nascem os nossos filhos. Diazepam, e com raizão, que tudo se pode pagar, menos a dor das posições de oração que aqui aceitamos».

Referias e desemprego fazem viver a aldeia

Aldeia da Luz tem de antigamente histórica cerca de 300 anos. Hoje conta com 400 habitantes e entre eles 100 reformados. Os outros sempre «de ficado». Fazendo sempre. Não porque haja emprego local. Mas porque não há outros locais onde ir. Alguns trabalham em Mourão, outros em Mourão, outros em Mourão, outros em Mourão, outros em Mourão. «São as trinta mulheres que trabalham no desemprego», como nos disse um laudante.

«Por aqui, todos tem um pedacinho de terra. Uma coqueirinha, sem figa. E duas ou três cabeças de gado. Ao todo na aldeia são 100 cabras e algumas 80 ovelhas», disse o senhor Cortijo, envolto num pituete, sentado na praça central da Aldeia da Luz. A Luz, como se diz por aqui. Uma terra que não tem Guadiana, mas tem o ribeiro. Aquiá que sempre no caso alentejano, a todo o momento.

Na Luz, tudo é zona balnear. Chapadin de café as paredes. Barras de ardo nas portas, janelas e casas. Pouca gente na rua. Casas adentro, é o freguesado e o espanto do chão de lapidos. Do mesmo jeito que os romanos fizeram, ali o dois passos, o castelo de Luz, que vai sempre por água abaixo.

Na Luz, não há sinais de trânsito, nem de estacionamento proibido. Mas no largo central, ao lado da paragem da Rodoviária, é de ligação a Mourão, um rodado-galo a tinta amarela salvaguarda o lugar de estacionamento para o único taxi da aldeia.

Dez anos depois, a Aldeia da Luz "parece uma terra-fantasma"

Numa década, a aldeia alentejana famosa por ter sido transferida para outro local perdeu mais de um quarto dos seus habitantes. Sobram idosos e faltam crianças, como em todo o interior

Epidemiologia

Carlos Dias

No dia da inauguração, o então primeiro-ministro Durão Barroso realizou: «Quem deve que todas as aldeias do nosso país fossem como a local Aldeia da Luz.» Passou o tempo, o país já teve mais três primeiros-ministros, mas o presidente da junta, que se manteve no cargo, recorda que, naquela mesma cerimónia, othen para Barroso e responsáveis que só dez anos depois se sabia se tinha valido a pena a transferência da aldeia para uma nova localização básica. E, na perspectiva de Francisco Oliveira, o balanço é negativo.

Decorrida uma década, «perlonos população e qualidade de vida», insurge-se degradado o presidente da Junta de Freguesia da Aldeia da Luz. «Maduro os vivos e os mortos, mas não mudamos de vida», sintetiza o autarca, descrevendo um retrato sombrio acerca da freguesia que teve de ser reconstruída no atual local porque o antigo casario foi engolido pela albufeira (ver caixa).

Francisco Oliveira diz-se cansado e desiludido com o retrocesso que a comunidade sofreu nos últimos dez anos, um período «muito negativo» para todos aqueles que vivem na nova aldeia, que pensou viram do desenvolvimento prometido. Hoje já não se vêem chegar vindos de todo o país os autocarros cheios de gente curiosa para conhecer a nova aldeia que mantinha uma grande percepção mediterrânica por força dos construídos que a população manteve com a Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estrutura de Alqueva (EDIA), a entidade responsável pela sua construção.

A aldeia está recebida um conjunto de equipamentos, mas estes não trouxeram o desenvolvimento prometido. Alia, é patente que a vida comunitária «desapareceu», observa Inês Chaudina Fraga, 73 anos, lembrando um desluzido recente que um laudante lhe fez: «Os meus semblar láto parcos uma aldeia-fantasma.» Uma sua vizinha, Camélia Godinho Lopes, 80 anos, reforça o pessimismo que está na comunidade: «A aldeia está morta, sem vida nenhuma. Vancos pela rua e não se vê gente.»

O autarca, que sempre manteve

para ter milhões na escola», confessa o presidente da junta.

Lar de idosos sem vagas

No reverso da medalha, o lar da comunidade está cheio de idosos. Alguns já têm de ir para Mourão e muitos estão em lista de espera. «Não é com idosos que nós vamos aumentar a população», sublinha Inês Oliveira, realizando a acenada quebra de vidro onde se vivevem tristes por lei», corroborou Inês Fraga, reforçando com uma constatação que faz sempre que vai à rua: «Durante

Mas nem todos afirmam por este tom crítico. Francisco Serrano Chibrito, 75 anos, assume não ser «daqueles que choram mal», embora reconheça que tem havido uma

297

pequenos, a maioria deles idosos, moram na Aldeia da Luz. Em 2002 foram 423 os habitantes que se mudaram para as casas de nova aldeia

o dia vemos uma ou duas pessoas e durante o resto não se vê ninguém.»

Estes estatísticos de alma revelam que, apesar da sua história singular, a realidade da Aldeia da Luz «não é ditória de outras aldeias do Alentejo, e do Interior do resto do País», argumenta a administração da EDIA, entidade responsável pelo projecto Alqueva e à qual cabe a construção, o projecto e a construção do aglomerado populacional.

A perda de população e o seu consequente envelhecimento «são processos cuja solução ultrapassa as capacidades e competência da EDIA». No entanto, a empresa realiza o sucesso do Museu da Luz, único equipamento que continua a gerir de todos os que foram instalados, e que recebe «cerca de um milhar» de visitantes por mês.



Dizem os moradores que na velha aldeia conviviam mais e que hoje as ruas, sobretudo à noite, estão quase sempre desertas

Humberto Vasconcelos (texto),
Ana Baião (fotografia),
"Mudar de terra sem mudar de casa",
in Diário de Notícias, 6 de Junho de 1993
© Arquivo DN/Global Media Group

Humberto Vasconcelos (text),
Ana Baião (photos),
"Moving villages without moving home",
in Diário de Notícias, 6 June 1993
© Arquivo DN/Global Media Group

Carlos Dias (texto), Miguel Manso (fotografia),
"Dez anos depois, a Aldeia da Luz parece uma terra-fantasma",
in Público, 18 de Novembro de 2012,
© Centro de Documentação do Jornal Público

Carlos Dias (text), Miguel Manso (photos),
"Ten years later, Aldeia da Luz 'looks like a ghost town'",
in Público, 18 November 2012,
© Centro de Documentação do Jornal Público



2004

Área de regadio Alqueva Canais de rega



Transformação A Água de Alqueva mudou a paisagem, a forma de trabalhar a terra e a prática de gestão. O Alentejo nunca esteve tão internacional

Afinal, Alqueva valeu a pena

15 anos depois, uma enchente de elogios

por VITOR ANDRADE e JAIME FIGUEIREDO

Alentejo é um mundo. Há quem diga que a construção de Alqueva, o planeamento e a execução foram feitos por um estrangeiro. Se não, pelo menos por alguém que não nasceu aqui. O certo é que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

HOUE UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NA AGRICULTURA ALENTEJANA: MAIS TECNOLOGIA, PROFISSIONALISMO, DIVERSIFICAÇÃO, EXPORTAÇÕES E MODIFICAÇÃO RADICAL DA PAISAGEM

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.



2004

Área de regadio Alqueva Canais de rega



Transformação A Água de Alqueva mudou a paisagem, a forma de trabalhar a terra e a prática de gestão. O Alentejo nunca esteve tão internacional

Afinal, Alqueva valeu a pena

15 anos depois, uma enchente de elogios

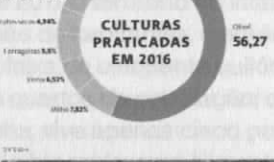
Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.



2004

Área de regadio Alqueva Canais de rega



Transformação A Água de Alqueva mudou a paisagem, a forma de trabalhar a terra e a prática de gestão. O Alentejo nunca esteve tão internacional

Afinal, Alqueva valeu a pena

15 anos depois, uma enchente de elogios

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.

Os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno. E que os alentejanos passaram a ser de fora por um período que parecia eterno.



REGA DE NÚMEROS
5000 milhões de euros de investimento público privado, dinamizado pelo regadio de Alqueva. De acordo com a EDA, empresa gestora do projeto, foram criados e/ou postos de 35 mil empregos, de forma direta e indireta

250 mil pessoas são beneficiadas com água de Alqueva, nos vinhos contra-hidrologia pelo perímetro do regadio, que se estende por mais de 119 mil hectares

150 milhões de investimento em Alqueva são destinados à parte de 200 milhões de euros de investimento em 37 projetos, a ser geridos e monitorizados na área do Alqueva

Vitor Andrade (texto), Jaime Figueiredo (fotografia), "Afinal, Alqueva valeu a pena", in Expresso, 25 de Abril de 2017 © Arquivo Expresso/IP

Vitor Andrade (text), Jaime Figueiredo (photos), "After all, Alqueva was worth it", in Expresso, 25 April 2017 © Arquivo Expresso/IP

C. Em diálogo com In dialogue with João Francisco Figueira & Pedro Bandeira

A construção da Nova Aldeia da Luz refundou uma comunidade de trezentos e cinquenta habitantes, obrigada à transladação territorial imposta pela construção da barragem do Alqueva, no final do século XX. Apesar do projecto da nova aldeia, assente num modelo participativo, partir da matriz do passado para desenhar um novo sentido de pertença o mais próximo possível ao que a população pretendia, este processo não conseguiu contrariar o abandono deste território, evidenciando um dos maiores problemas que o planeamento territorial português enfrenta.

Em diálogo com dois dos cinco autores do plano de pormenor da Nova Aldeia da Luz, Pedro Bandeira e João Figueira, procurámos pistas para responder a algumas das questões que este processo levanta. Serão os processos participados os mais inclusivos e capazes de dar resposta a longo prazo? Será possível equilibrar memória e reforma? Como se deve gerir o território, entre ocupação e produção?

Segundo o Censos de 2011, o território do interior de Portugal perdeu, desde 1960, um milhão de habitantes, o equivalente a mais de um terço do seu total. Numa faixa de cinquenta quilómetros marcada a partir do Atlântico vivem três quartos da população; contrariamente, na faixa mais próxima de Espanha, vive apenas cinco por cento. Para além da transformação demográfica, o hiper 'desenvolvimento' que parece definir a nossa era tem deixado cicatrizes físicas que assumem diferentes formas, segundo a longitude, no território continental de Portugal. Se no litoral o progresso se desenhou com infra-estruturas – como os estaleiros e portos, aeroportos, refinarias de petróleo (algumas a iniciar agora um processo de desactivação), cimenteiras, ou vias de transporte terrestre como auto-estradas e linhas de caminho-de-ferro de alta velocidade – no interior aparecem extensas manchas de produção agrícola intensiva, pedreiras, parques eólicos, centrais solares ou barragens.

A destruição das aldeias de Vilar da Amoreira (em 1954), Barca do Bispo (em 1955), Faia (em 1965), Vilarinho da Furna (em 1971), Brede (em 1980), Foz do Dão (em 1981) e da Luz (em 2002) são prova extrema destas transformações territoriais: todas desapareceram no processo de construção de barragens. Vilarinho da Furna, ainda viva na memória colectiva, é um dos exemplos mais dramáticos das consequências impostas pelo investimento em complexos hidroeléctricos. A organização social comunitária da aldeia, que despertou o interesse de sociólogos e etnólogos, não evitou o seu desaparecimento ainda durante a ditadura do Estado Novo. Para além da destruição física, foi também desmontada uma comunidade formada por 57 famílias que geria a sua vida comum de forma peculiar. A população foi apenas indemnizada e os habitantes dispersaram-se pelos concelhos vizinhos. No entanto, quando o nível da água desce, deixa a nu as ruínas da aldeia normalmente submersa, reavivando a memória de um caso mal resolvido.

João Figueira explica que, no caso de Vilarinho da Furna, "o problema foi o de que esta era uma aldeia com uma coesão social e práticas comunitárias particulares, que foi expropriada através do que era então prática normal. Há uma obra pública, há bens fundiários e, se há uma razão de interesse público, expropria-se e as pessoas determinam o que querem fazer. Este é o processo 'standard'; que se usa para fazer uma auto-estrada, um hospital ou aeroporto e que aqui produziu, de facto, consequências dramáticas. Em oposição, a resposta dada no caso da Aldeia da Luz a este momento traumático foi o de reconstruir. Reconstruir, no espaço da freguesia, e de maneira a manter a comunidade." O momento a que João Figueira alude é o da destruição da antiga povoação, submersa pelo Alqueva em 2002, uma das 260 barragens criadas no nosso país. No entanto, mesmo neste caso, para Pedro Bandeira, "há limitações que a arquitectura de facto não pode resolver. O trauma de deixar tudo aquilo que tinham para trás, de deixarem o espaço onde nasceram, o lugar onde habitaram durante décadas, vê-lo ficar debaixo de água, cria de facto um trauma que não é apenas o projecto de arquitectura que o vai resolver. Esse processo é bastante mais complexo."

Para combater as dificuldades de regadio de uma das zonas mais secas da região do Alentejo criou-se o maior lago artificial da Europa, com uma albufeira com 250 quilómetros quadrados e mais de 1.100 quilómetros de margem, abrangendo cinco concelhos: Portel, Moura, Reguengos de Monsaraz, Mourão e Alandroal; e ainda os municípios raianos de Alconchel, Olivença, Cheles, Tálga e Villanueva del Fresno. Durante este longo processo – que se iniciou em 1968 com a celebração do convénio Luso-Espanhol que permitiu a Portugal a exploração dos rios internacionais – decidiu-se reconstruir a aldeia para realojar a população, tendo outras opções possíveis (como a indemnização da população, o realojamento em Mourão, sede do concelho, ou a construção de diques de contenção de água para protecção da aldeia) caído por terra.

Em 1995, é promovido pela EDIA [Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA], o concurso para o plano de pormenor da Nova Aldeia da Luz. De entre as propostas, destaca-se a vencedora – assinada por Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira e Pedro Bandeira – por apresentar uma solução aberta, que propunha o desenvolvimento do projeto de forma participada, envolvendo a população. Assim resume Pedro Bandeira: "o processo de concurso pedia soluções concretas. A diferença da nossa proposta para as de outros concorrentes foi que, por exemplo, enquanto outras cumpriam o caderno de encargos dizendo 'a nossa proposta de localização da aldeia é aqui,' nós em concurso dissemos: 'nós temos quatro hipóteses, e queremos decidir ouvindo a população.' Nós acabámos por ter que

apresentar uma concretização, mas de carácter absolutamente abstracto; porque o que nós propusemos, mais que uma solução, foi questionar a população, levá-la a contribuir e participar no projecto a desenvolver. Ou seja, para nós o projecto tinha que ser qualquer coisa em aberto, não poderia ser fechado.

Isto é válido tanto, por exemplo, para a localização da aldeia, como para a definição das tipologias de casa. Nós não conseguimos, na fase de concurso, estar a decidir sobre as tipologias ou sobre a própria localização da aldeia antes de primeiro ouvir as pessoas e fazer um inquérito. Nesse sentido, tínhamos muito assente a ideia de uma metodologia participativa – e aí a grande referência era o Giancarlo De Carlo, sob a ideia de que só se consegue fazer uma arquitectura pública envolvendo, de facto, o público, os moradores. Tínhamos consciência desde o início de que iria ser um processo extremamente difícil, porque esta participação implica compromisso, implica negociação e implica concertação.

Por outro lado, também houve aqui um momento de alguma excepcionalidade. A população apercebeu-se que tinha um poder de reivindicação. Primeiro, o facto de a reconstrução da aldeia ser, do ponto de vista de todo o processo do Alqueva, uma coisa relativamente insignificante a nível orçamental, em que nem o Estado, nem a EDIA, queriam pôr em risco este processo muito maior. Depois, porque a população tinha também os meios de comunicação foram sempre muito favoráveis às suas exigências, às suas reclamações. Este valor mediático muito forte faz com que este processo acabe por ter uma componente participativa, não só porque é proposta por nós, mas também porque houve uma aceitação do próprio poder central em relação a esta questão."

Para conseguirem equilibrar este lado mediático do processo, os arquitectos desenharam uma estratégia metodológica em que primeiro esboçavam propostas que depois levavam a discussão. Segundo Figueira, "tentávamos balizar os termos da discussão, ouvir a população falar de propostas sobre as quais nós já trabalhámos. Isto é um aspecto basilar, no entendimento do que é a participação do Giancarlo De Carlo. Nós quando íamos à concertação levávamos sempre propostas. Nunca fomos às reuniões de concertação apenas para ouvi-los a falar, jamais. Fomos à concertação da localização da nova aldeia com propostas e fomos à concertação sobre as habitações com propostas."

Para Bandeira, "foi bastante engraçado, quando se abordou a questão da localização da Nova Aldeia da Luz, porque nós tínhamos quatro hipóteses e por acaso até foi escolhida outra, que nós não tínhamos considerado. Isto porquê? Porque a nossa perspectiva era a de procurar a solução que nos parecia mais agradável; lugares que nos parecessem magníficos, com ligeiros vales, relativamente próximos da água, onde

o terreno fosse melhor cultivável. A determinada altura a população preferiu reconstruir a aldeia no topo do monte, onde há muito mais pedra e o solo é muito mais difícil para cultivar o que quer que seja. Eles rejeitaram as nossas propostas precisamente porque queriam libertar os melhores solos para cultivar. Nós queríamos construir casas com quintais, num sítio em que pudessem ter uma pequena horta, mas os habitantes consideravam esses terrenos demasiado bons para lá se fixar a nova aldeia, algo que não passa de imediato na cabeça de um arquitecto.

Este processo estava em constante discussão, nós não tínhamos ideias pré-concebidas. Tentávamos realmente condicionar e desenhar as opções, porque queríamos ter voz no processo e reclamávamos o nosso papel, em que também tínhamos de ser ouvidos; mas sempre houve uma grande abertura da nossa parte para poder negociar todas as questões." Foi este processo de diálogo que garantiu que o projecto fosse além das primeiras interpretações superficiais da equipa projectista.

No caso da posição e desenho das habitações, o envolvimento da população foi também fundamental para que os arquitectos percebessem como esta se organizava. João Figueira conta que "primeiro houve um olhar desatento, que era o olhar inicial, em que a Aldeia da Luz parecia ser apenas mais uma aldeia alentejana, onde tudo é muito homogéneo, em que as casas são todas caídas, a maioria tem telhados de duas águas, de beiral sem caleira. Depois, fomos percebendo que as pessoas que viviam nas ruas de entrada na aldeia tinham particular apego a esse facto, que as pessoas que viviam na Rua de Trás tinham apego a serem os da Rua de Trás, os que estão no Largo do Rossio queriam permanecer no Largo do Rossio, os do Largo 25 de Abril, que era o largo principal, queriam ficar num largo semelhante. A Aldeia da Luz é pequeníssima, mas os habitantes tinham muito vincadas estas intenções. Para alguém de fora parece ser tudo homogéneo, mas para a população tinha estas distinções fundamentais e evidentes."

Para Bandeira, "a questão de como as pessoas se referenciavam à Rua de Trás, ou ao Largo 25 de Abril, era também uma questão de hierarquia social. Manter os mesmos vizinhos, manter as mesmas relações, a mesma localização relativa à entrada na aldeia, estar aqui, ou estar acolá. Nunca houve propriamente uma discussão sobre a qualificação do espaço público, nunca foi uma prioridade da população; mas a questão da vizinhança e da localização relativa, sim."

Com estes condicionalismos, o projecto acabou por reproduzir o traçado da aldeia original, ainda que aumentando as habitações, alargando as ruas e introduzindo passeios, enquanto resposta às condicionantes regulamentares. "Uma premissa do processo participativo é que, a partir do momento em que fomos ouvir as pessoas, e quando estas diziam o que para elas era uma questão importante – continuar a ter os mesmos

vizinhos, por exemplo – enquanto arquitectos, ou aceitávamos ou não. No entanto, que argumentos é que tínhamos para não aceitar? Pareceu-nos uma premissa justificável," explica Pedro Bandeira.

Os autores assumem que a resposta até podia ser outra. "A questão de manter a sequência dos moradores, de manter as relações de vizinhança surgiu desde o princípio. Teria sido mais fácil juntar as casas todas de cento e vinte metros quadrados num sítio, as de setenta noutra e as de noventa noutra, e o mesmo relativamente aos lotes," refere João Figueira, ou até "alojar toda a gente na Unidade de Marselha," atira Pedro Bandeira. O depósito de água da aldeia repete a forma das chaminés deste projecto de habitação colectiva de Le Corbusier, numa referência com alguma ironia: pode ver-se nesse gesto a imagem de cinco arquitectos que enteraram qualquer pretensão de ortodoxa Modernidade.

Em sentido inverso, a construção da barragem de Picote, cinquenta anos antes, foi pretexto para a formulação de uma resposta bem diferente no desenho da aldeia de Barrocal do Douro. A pequena localidade, erigida nas escarpas do rio Douro e que serviu para abrigar as famílias dos vários trabalhadores realocados para a construção da barragem, chegou a ter 4.500 habitantes. Tal como aconteceu com a reconstrução da Aldeia da Luz, também este processo foi desenhado por um conjunto de jovens arquitectos recém formados, mas neste caso de aspirações Modernas (e uma muito maior proximidade com a produção internacional do pós-guerra, do que com os exemplos de assentamentos vernaculares encontrados na região do Alto Douro).

Para João Figueira, o próprio regulamento do concurso indicava já um caminho fechado. "As bases do concurso apontavam um sentido: reconstruir a aldeia no espaço da freguesia, porque as pessoas assim o querem. A resposta dada pelo concurso não é a nossa resposta, é a resposta do próprio concurso, que ia nessa direcção e que foi feito para dar seguimento a essa aspiração popular. Nós próprios sentimos que essa dimensão simbólica era importante e, a partir do momento que as coisas estão colocadas nestes termos, com os quais concordámos, há consequências e decorrências deste facto. Por exemplo, para as pessoas as casas terem duas águas e um telhado de telha era uma questão simbólica, e reconstruir as casas delas tinha de ter esse atributo simbólico."

Esse simbolismo evidenciado no processo de participação tendeu a salientar as preocupações individuais, associadas à memória e à posse de cada um, deixando para segundo plano as consequências sócio-económicas inerentes a tamanha transformação. João Figueira destaca isso mesmo. "A partir do momento em que aceitámos a regra da participação, a questão do sentido dos atributos que definem uma casa como casa passa a ser importante. Por vezes, este tipo de debates foi difícil, porque

Nós temos a obrigação enquanto arquitectos de tentar desenhar a aldeia perfeita, num tal sentido holístico, mas também temos que ter inteligência suficiente para perceber que o mundo é demasiado complexo para que tenha apenas uma forma.

no processo participativo está-se a lidar com estas representações muito enraizadas das próprias pessoas. Os processos participativos encerram esta limitação.

Se houvesse uma compreensão que a aldeia não estava só a mudar de sítio, mas também estava a mudar de realidade económica e de realidade social, isso teria tido um outro tipo de impacto no programa de equipamentos e mesmo no programa das casas. Nós partíamos para o processo participativo com algumas propostas que tinham que ver com o nosso esforço de perspectivar a aldeia num novo quadro territorial, numa nova economia. Foi muito difícil para as pessoas – comissão de moradores, presidente da junta, presidente da câmara – perspectivar o que é hoje a realidade, que a Nova Aldeia da Luz é hoje uma aldeia ribeirinha e não uma aldeia de sequeiro. A economia agrícola não tem a importância que eles gostariam que tivesse e cada vez vão ser mais importantes os serviços turísticos e ligados à cultura."

Como refere Pedro Bandeira, essa possibilidade "estava presente, mas ainda de uma maneira muito ingénua. Aliás, isso até foi a acusação que o Rafael Moneo nos fez num encontro luso-espanhol de arquitetura, em que disse 'vós estão a ser usados, isso vai ser um resort para alemães.' Eu hoje penso: 'se calhar antes fosse,' porque era uma maneira de criar ali uma viabilidade económica que pudesse atrair emprego e fazer com que as pessoas ficassem por lá a viver. Mas não! Isso não aconteceu."

Com o tempo, essas novas possibilidades foram aparecendo. Como em grande parte do território português, para a esperança no desenvolvimento alicerçado no turismo. Exemplo do potencial de exploração turística da nova albufeira são as unidades flutuantes construídas em 2015: as *Floating Houses*. Estas, pensadas a partir de Coimbra, são umas pequenas unidades de alojamento temporário, pequenos barcos-abrigo, que podem ser utilizadas em qualquer curso de água navegável. A partir do projeto piloto experimentado no Alqueva, a sua circunstância genérica permitiu que estas construções fossem implementadas em vários locais do Mundo.

Passados 25 anos desde o concurso para o plano da Nova Aldeia da Luz, o interesse da imprensa continua aceso e o processo é constantemente revivido na esfera mediática. Para João Figueira, "essa mediação acontece muito sobre o que é que está mal, o que é que não correu bem. E o mal, o que está mal, também é uma forma das pessoas exprimirem uma certa ansiedade pela mudança. A aldeia tem mais de duzentas casas, mas nem sequer tinha esse número de habitantes. Era uma aldeia envelhecida, empobrecida, com pessoas que nunca tinham mudado de casa na vida. Essa situação de ansiedade também cria reacções de recusa."

Pedro Bandeira sintetiza: "o nosso papel, enquanto arquitectos, era relativamente humilde, porque havia questões sociais e factores económicos (aquela ser uma zona desfavorecida do país, muito isolada) que significavam que – mesmo construindo uma aldeia nova – dificilmente se iria reverter o processo de desertificação do interior do Alentejo. Havia questões que nós sabíamos que não iríamos resolver."

No entanto, "há uma coisa curiosa: mesmo as coisas que correram mal – por exemplo aquelas casas que acabaram por não cumprir o plano de pormenor, por se afastarem da rua, ou por terem outro tipo de pormenores que claramente fogem ao nosso projecto – reconheço que também são importantes neste processo de criação de um espaço, que é necessariamente uma construção plural. Nós temos a obrigação enquanto arquitectos de tentar desenhar a aldeia perfeita, num tal sentido holístico, mas também temos que ter inteligência suficiente para perceber que o mundo é demasiado complexo para que tenha apenas uma forma."

Importa continuar a aprender com processos como o da Aldeia da Luz, se ambicionarmos construir um território mais coeso. Uma aproximação aos desequilíbrios estruturais implica tomar consciência que a grande concentração de população nas cidades desenha o território muito para além dos seus limites. É certo que os grandes centros urbanos se apresentam como lugares de conforto que racionalizam a ocupação dos solos, as infra-estruturas e a mobilidade. No entanto, estes não dispensam a criação de grandes centros de produção que alimentem o consumo inerente à vida urbana, estabelecendo uma relação predatória da cidade em relação ao campo, ou, no caso português, entre a orla litoral (em particular das duas áreas metropolitanas: Lisboa e Porto) e os territórios interiores.

Cesário Verde levantou já esta pergunta em 1884, no seu poema *Nós*. Desconfiaria alguém que a interdependência entre cidade e território estaria tão desequilibrada no séc. XXI? Poder-se-ia prever que a proximidade ao mar seria tão impulsionadora desse fenómeno de litoralização? Talvez estes não sejam problemas a resolver pelo virtuosismo do desenho, mas antes desafios que obriguem a arquitectura a encontrar um papel mais activo na definição das políticas territoriais.

Ó cidades fabris, industriais,
De nevoeiros, poeiradas de hulha,
Que pensais do país que vos atulha
Com a fruta que sai de seus quintais?

Excerto do poema *Nós*, Cesário Verde; in jornal 'A Ilustração' (1º ano, volume I, número 9), 1884.

The construction of Nova Aldeia da Luz resettled a community of 350 people, forced to move due to the construction of the Alqueva dam at the end of the 20th century. The project of the new village, based on a participatory model, was based on the past to design a new sense of belonging as close to what the population wanted as possible. However, this process proved unable to counteract the abandonment of this area, highlighting one of the biggest problems facing Portuguese territorial planning.

Speaking to two of the five architects of the construction plan for Nova Aldeia da Luz – Pedro Bandeira and João Figueira – we looked for clues to answer some of the questions that this process raises. Are participatory processes the most inclusive and capable of providing a long term solution? Is it possible to balance memory and reform? How should the territory be managed, between occupation and production?

According to the data available in 2011, since 1960, the interior of Portugal has lost one million inhabitants, or more than a third of its total. Three-quarters of the population lives in a strip of land no more than fifty kilometres from the Atlantic coast. Conversely, just five percent of the Portuguese population lives in the strip closest to Spain. Along with this demographic transformation, the hyper ‘development’ that seems to define our era has left physical scars of different kinds, depending on their longitude, on the Portuguese mainland. On the coast, progress was made through infrastructure such as shipyards and ports, airports, oil refineries (some that are now starting a decommissioning process), cement plants, or land transport routes such as motorways and high-speed railway lines; in the interior, on the other hand, there are extensive patches of intensive agricultural production, quarries, wind farms, solar plants, and dams.

The destruction of the villages of Vilar da Amoreira (in 1954), Barca do Bispo (in 1955), Faia (in 1965), Vilarinho da Furna (in 1971), Brede (in 1980), Foz do Dão (in 1981) and Luz (in 2002) are extreme proof of these territorial transformations: they all disappeared in the process of building dams. Vilarinho da Furna, which lives on in the collective memory, is one of the most dramatic examples of the consequences of investment in hydroelectric complexes. The village’s social community organisation, which attracted the interest of sociologists and ethnologists, did not prevent its disappearance during the *Estado Novo* dictatorship. Along with its physical destruction, a community made up of 57 families that managed their common life in a unique way was also dismantled. The population only received a compensation and the inhabitants dispersed into neighbouring areas.

However, when the water level drops, it reveals the ruins of the village, which is usually submerged, rekindling memories and reminding us of a poorly resolved case.

João Figueira explains that, in the case of Vilarinho da Furna, *“the problem was that this was a village with social cohesion and specific community practices, which was expropriated based on what was then normal practice. There was a public work project, there were land assets and, if, for a reason that was considered to be in the public interest, the assets were expropriated, and people decided what they wanted to do. This was a standard process, used to make a highway, a hospital or an airport, and has, in fact, had dramatic consequences. In contrast, the response in the case of Aldeia da Luz to this traumatic moment was to rebuild. Rebuild, within the parish, and in order to maintain the community.”* The event João Figueira alludes to is the destruction of the old village, submerged by Alqueva in 2002, one of the 260 dams built in Portugal. However, even in this case, according to Pedro Bandeira, *“there are limitations that architecture cannot actually resolve. The trauma of leaving everything they had behind, of leaving the place where they were born, the place where they had lived for decades, seeing it go underwater, in fact creates a trauma that will not be solved by the architectural project alone. This process is much more complex.”*

To combat the difficulties of irrigating one of the driest areas of Alentejo, the largest artificial lake in Europe was created, with a reservoir measuring 250 km² and with more than 1.100 km of banks, covering five municipalities: Portel, Moura, Reguengos de Monsaraz, Mourão and Alandroal; as well as the Spanish municipalities of Alconchel, Olivença, Cheles, Tálaga and Villanueva del Fresno. During this long process – which began in 1968 with the signing of the Luso-Spanish agreement that allowed Portugal to explore international rivers – it was decided to rebuild the village to rehouse the population, with other possible options (such as compensating the population, relocation to Mourão, the seat of the county, or the construction of water containment dykes to protect village) being set aside.

In 1995, the tender process for the detailed plan of Nova Aldeia da Luz was promoted by EDIA – *Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva SA* [Company for the Development and Infrastructure of Alqueva]. Among the proposals, the selected one – designed by Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira and Pedro Bandeira – stands out for presenting an open solution, which proposed the development of the project in a participatory manner, involving the population. This is how Pedro Bandeira summarises it: *“the tender process asked for concrete solutions. The difference between our proposal and those of other competitors was that,*

for example, while others complied with the specifications saying, 'our village location proposal is here,' we in the tender said: 'we have four choices, and we want to decide by listening to the population.' We ended up having to present a concrete proposal, but of an absolutely abstract character; because what we proposed, rather than a solution, was to ask the population, get them to contribute and participate in the project that would be developed. In other words, for us, the project had to be something open, it could not be closed.

This is valid both for the location of the village, and for the definition of house typologies. We were not able at the tender stage to decide on the typologies, or the location of the village itself, before first listening to people and carrying out a survey. In this sense, we had the idea of a participatory methodology very much in mind – and there our greatest reference was Giancarlo De Carlo, based on the idea that you can only create public architecture by actually involving the public, the residents. We were aware from the beginning that it was going to be an extremely difficult process, because this participation implies commitment, negotiation and consultation.

On the other hand, there was also a moment of some exceptionalism here. The population realised that it had the power to demand. Firstly, because the reconstruction of the village is, from the point of view of the entire Alqueva process, a relatively insignificant thing in terms of budget, in which neither the State nor EDIA wanted to jeopardise this much larger process. Then, because the population also had the media on their side. The media was always very supportive of their demands, and their complaints. This very strong media value meant that this process ended up having a participatory component, not only because it was proposed by us, but also because the authorities accepted it."

In order to balance this media-driven side of the process, the architects designed a methodological strategy in which they first drafted proposals, which then set off a discussion. According to Figueira, "we tried to outline the terms of the discussion, to hear the population talk about proposals that we had already worked on. This is a fundamental aspect, in the understanding of what is the participation of Giancarlo De Carlo. When we went to consultations, we always went with proposals. We never went to consultation meetings just to hear them talk, ever. We went to consultations on the location of the new village with proposals and we went to the consultation on housing with proposals."

According to Bandeira, "It was quite funny when the issue of the location of Nova Aldeia da Luz was addressed because we had four possibilities and, in fact, a fifth one was chosen, which we had not considered. Why was that? Because our perspective was to look for the solution that seemed most pleasing to us; places that seemed magnificent to us, with slight valleys, relatively close to the water, where the land was more easily cultivated.

At one point the population preferred to rebuild the village on top of the hill, where there is much more stone, and the soil makes it much more difficult to grow anything. They rejected our proposals precisely because they wanted to free the best soils for cultivation. We wanted to build houses with backyards, in a place where they could have a small vegetable garden, but the inhabitants considered this land too good for the new village to be settled there, something that does not immediately occur to the mind of an architect.

This process was under constant discussion, so we had no preconceived ideas. We really tried to condition and design the options, because we wanted to have a voice in the process and we claimed our role, in which we also had to be heard, but there was always a great openness on our part to be able to negotiate all the issues." It was this process of dialogue that ensured that the project went beyond the first superficial interpretations of the design team.

In the case of the position and design of the houses, the involvement of the population was also fundamental for the architects to understand how it was organised. João Figueira says that "first there was an inattentive view, which was the initial view, in which Aldeia da Luz seemed to be just another village in Alentejo, where everything is very homogeneous, where the houses are all whitewashed, most have gabled roofs, with eaves without guttering. Afterwards, we realised that the people who lived in the streets at the entrance to the village were particularly attached to this fact, that the people who lived in Rua de Trás were attached to being those from the back street, those in Largo do Rossio wanted to stay in Largo do Rossio, those from Largo 25 de Abril, which was the main square, wanted to stay in a similar square. Aldeia da Luz is very small, but the inhabitants had very strong intentions. For an outsider everything seems to be homogeneous, but for the population there were these fundamental and obvious distinctions.

According to Bandeira, "the question of how people attached themselves to Rua de Trás, or Largo 25 de Abril, was also a question of social hierarchy. Keeping the same neighbours, keeping the same relationships, the same location relative to the entrance to the village, being here, or being there. There was never exactly a discussion about the qualification of the public space, it was never a priority for the population; but the question of neighbourhood and relative location, yes."

With these constraints, the project ended up reproducing the layout of the original village, albeit increasing the size of the houses, widening the streets and introducing sidewalks, in response to regulatory constraints. "A premise of the participatory process is that, from the moment we listened to people, with openness, when people said what was an important issue for them – continuing to have the same neighbours, for example – as architects, we either accepted it or we didn't. However, what arguments did we have for not accepting it? It seemed to us a justifiable premise," explains Pedro Bandeira.

We have an obligation as architects to try to design the perfect village in a holistic sense, but we also have to be smart enough to realise that the world is too complex to have just one shape.

The architects assumed that the answer could actually be a different one. *“This was one of the first issues that arose: that of keeping the residents in sequence, of maintaining neighbourly relations. It would have been easier to bring the one hundred and twenty square-metre houses into one place, those with seventy in another and those with ninety in another, and the same for the lots,”* says João Figueira, or even *“accommodate everyone in the Unité d’Habitation,”* says Pedro Bandeira. The village’s water tank was built in a shape similar to the chimneys of this collective housing project by Le Corbusier, a reference with a hint of irony – in this gesture one can see the image of five architects who buried any pretence of orthodox Modernity.

Conversely, the construction of the Picote dam fifty years earlier was a pretext for formulating a very different response in the design of the village of Barrocal do Douro. The small town, built on the slopes of the Douro River and which housed the families of the various workers who arrived to build the dam, had a population of 4.500. As with the reconstruction of Aldeia da Luz, this process was also designed by a group of recently graduated young architects, but in this case with Modern aspirations (and a much closer proximity to post-war international production than to the examples of vernacular settlements found in the Alto Douro region).

For João Figueira, the tender’s regulations already pointed to a closed path. *“The tender regulation pointed in a direction: rebuilding the village in the area of the parish, because people wanted it that way. The response given by the tender is not our response, it is the response of the tender itself, which was going in that direction, and which was made to continue this popular aspiration. We ourselves felt that this symbolic dimension was important and, from the moment that things are put in these terms, and which we agreed with, there were consequences and outcomes of this fact. For example, for people to have houses with gables and a tile roof was a symbolic issue, and rebuilding their houses had to have this symbolic attribute.”*

It is evident that this symbolism shown in the participation process tended to highlight individual concerns, associated with the memory and possessions of each person, leaving the socio-economic consequences inherent in such a transformation in the background. João Figueira highlights exactly this. *“From the moment we accepted the participation rule, the issue of the meaning of the attributes that define a house as a house becomes important. Sometimes this type of debate was difficult because the participatory process means dealing with these deeply rooted representations of the people themselves. Participatory processes have this limitation.*

If there was an understanding that the village was not only changing its location, but was also changing its economic and social reality, this would

have had another kind of impact on the equipment programme and even on the housing programme. We started the participatory process with some proposals related to our effort to see the village in a new territorial framework, in a new economy. It was very difficult for the people, the residents’ committee, the president of the council, the mayor, to envision what the reality is today, that Nova Aldeia da Luz is now a riverside village and not a dryland village. The agricultural economy is not as important as they would like it to be, and tourism and cultural services will become increasingly important.”

As Pedro Bandeira says, this possibility *“was present, but still in a very naïve way. In fact, that was even what Rafael Moneo accused us of in a Portuguese-Spanish architectural meeting, in which he said, ‘you are being used, this is going to be a resort for Germans.’ Now I think: ‘maybe that would be better,’ because it was a way of creating an economic viability there that could attract jobs and make people stay there. But no! That hasn’t happened.”*

Over time, these new possibilities appeared. As in most of the Portuguese territory, there is hope for development based on tourism. An example of the potential for tourist exploration of the new reservoir are the floating houses, built in 2015. These houseboats, designed in Coimbra, are small temporary accommodation units which can be used in any navigable watercourse. From the pilot project tried out in Alqueva, their generic features have allowed these constructions to be implemented in various locations around the world.

Twenty-five years since the tender for the Nova Aldeia da Luz plan, the interest of the press is still alive and the process is constantly revived in the media. For João Figueira, *“this media coverage is focused a lot about what is wrong, and what did not go well. And the bad stuff, what is bad, is also a way for people to express a certain anxiety about change. The village has more than two hundred houses, but it didn’t even have that number of inhabitants. It was an aging, impoverished village, with people who had never moved in their lives. This anxiety also creates reactions of denial.”*

Pedro Bandeira summarises: *“Our role there, as architects, was a relatively humble one, because there are social issues there, there are economic factors (being a disadvantaged area of the country, that is very isolated) in which we knew that – even building a new village – this would hardly reverse the process of abandonment in the interior of Alentejo. There were issues that we knew we wouldn’t be able to resolve.”*

However, *“there is a curious thing: even the things that went wrong – for example those houses that ended up not complying with the detailed plan, because they moved away from the street, or because they had other types of details that clearly moved away from our project – I recognise that they are*

also important in this process of creation of a space that is necessarily a plural construction. We have an obligation as architects to try to design the perfect village in a holistic sense, but we also have to be smart enough to realise that the world is too complex to have just one shape.”

It is important to continue to learn from processes like the one in Aldeia da Luz, if our aim is to build a more cohesive territory. An approach to structural imbalances implies being aware that the large concentration of population in cities has consequences for the territory far beyond the city limits. It is true that large urban centres present themselves as places of comfort that rationalise land use, infrastructure and mobility. However, these do not do away with the creation of large production centres that feed the consumption inherent in urban life, establishing a predatory relationship between the city and the countryside, or, in the Portuguese case, between the coastline (in particular of the two metropolitan areas: Lisbon and Porto) and the interior territories.

Cesário Verde already raised this question in 1884, in his poem *Nós (Us)*. Would anyone suspect that the interdependence between city and territory would become this unbalanced in the 21st century? Or imagine that the proximity to the sea would be such a driving force behind this coastal phenomenon? Perhaps these are not problems to be solved by the virtuosity of design, but rather challenges that force architecture to find a more active role in defining territorial policies.

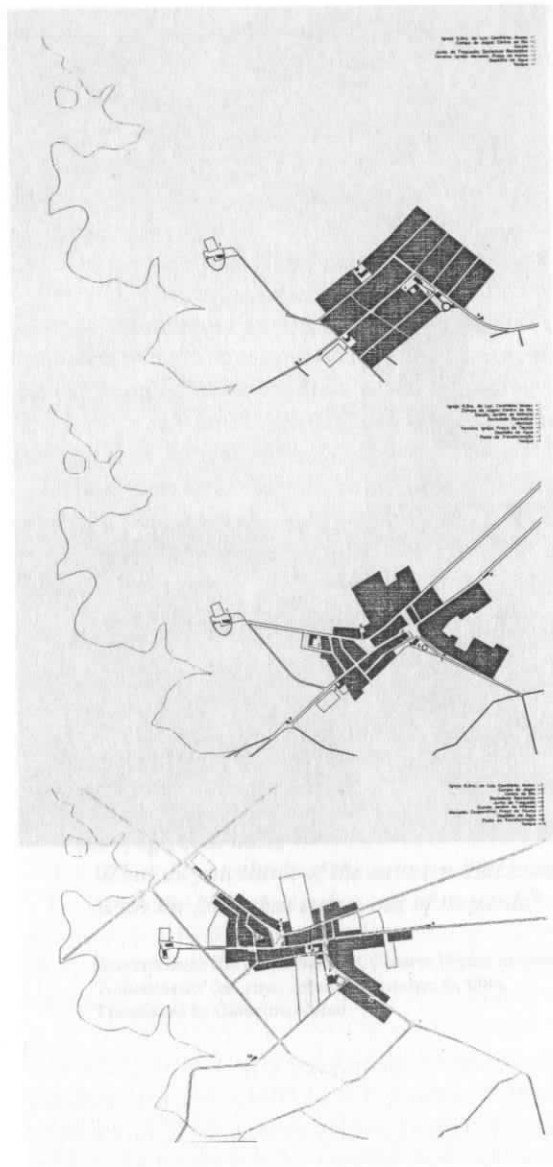
*Oh manufacturing, industrial cities,
Of fogs, coal dust,
What do you think of the country that crowds you
With the fruit that comes out of its yards?*

Excerpt from the poem *Nós (Us)*, Cesario Verde; in newspaper
‘A Ilustração’ (1st year, volume 1, number 9), 1884.
Translated by Catarina Aleixo



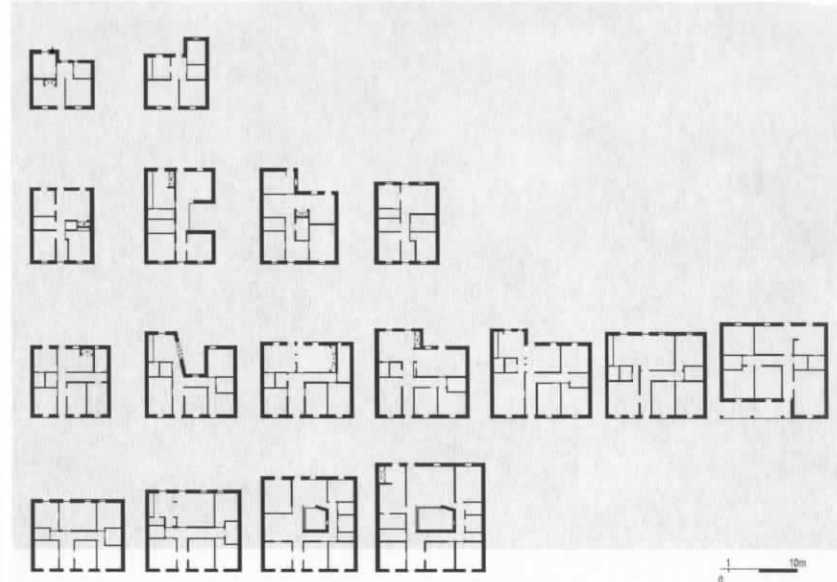
Depósito de água durante a construção, s.d.
© Pedro Bandeira

Water reservoir during construction, n.d.
© Pedro Bandeira



Evolução da planta de implantação da Nova Aldeia da Luz, 2004
 © Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira e Pedro Bandeira

Evolution of the layout plan of Nova Aldeia da Luz, 2004
 © Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira and Pedro Bandeira



Diferentes tipologias construídas na Nova Aldeia da Luz, 2004
 © Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira e Pedro Bandeira

Different types of dwellings built in the Nova Aldeia da Luz, 2004
 © Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira, and Pedro Bandeira



Apresentação da Nova Aldeia da Luz à população
por João Figueira, 1997
© Pedro Bandeira

Presentation of Nova Aldeia da Luz
to the population by João Figueira, 1997
© Pedro Bandeira



Apresentação da implantação da Nova Aldeia
da Luz à população, 1997
© Pedro Bandeira

Presentation of Nova Aldeia da Luz layout
to the population, 1997
© Pedro Bandeira



Vista da Rua Sá Carneiro na antiga Aldeia da Luz, s.a., s.d.

© Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira e Pedro Bandeira



View of Sá Carneiro street in the old Aldeia da Luz, n.a., n.d.

© Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, José Miguel Rodrigues, Luís Fareleira, and Pedro Bandeira



Vista da Rua Sá Carneiro na Nova Aldeia da Luz, c. 2004
© Pedro Bandeira

View of Sá Carneiro street in the new Aldeia da Luz, c. 2004
© Pedro Bandeira



Vista da Nova Aldeia da Luz, c. 2004
© Pedro Bandeira

View of Nova Aldeia da Luz, c. 2004
© Pedro Bandeira

CATÁLOGO / CATALOGUE

Este livro é publicado no âmbito da exposição
In Conflict – Pavilhão de Portugal na
17.ª Exposição Internacional de Arquitectura
La Biennale di Venezia.

This book is published in conjunction with
the exhibition *In Conflict – Portugal Pavilion*
at the 17th International Architecture Exhibition
La Biennale di Venezia.

Editores / Editors

depA architects
Carlos Azevedo
João Crisóstomo
Luís Sobral
Miguel Santos

Coordenação Editorial /

Editorial Coordination
Magda Seifert
Pedro Baía

Publicado por / Published by

Circo de Ideias

Textos de / Texts by

depA architects
Carlos Azevedo
João Crisóstomo
Luís Sobral
Miguel Santos
Filipa Magalhães

Com contribuições de /

With contributions of
Alexandre Alves Costa
André Cerejeira Fontes
António Cerejeira Fontes
Egas José Vieira
Fernando Matos Rodrigues
José Neves
José Renato Sousa
José Veloso
João Francisco Figueira
João Queirós
Paula Miranda
Paulo Moreira
Pedro Bandeira
Rita Dourado
Tiago Baptista
Tiago Mota Saraiva

Recolha e Seleção de Conteúdos /

Collection and Selection of Content
depA Architects
Miguel Santos
Filipa Magalhães

Design Gráfico / Graphic Design

Inês Nepomuceno
Mariana Marques

Tradução / Translation

Catarina Chase Aleixo

Revisão / Editing

depA architects
Carlos Azevedo
João Crisóstomo
Luís Sobral
Miguel Santos
Filipa Magalhães
Circo de Ideias

Fotografias da Exposição /

Exhibition Photographs
José Campos

Créditos da Imagem de Capa /

Front Cover Image Credits
Nelson d'Aires

Impressão e Acabamento /

Printing and Binding
Gráfica Maiadouro

Fontes / Typefaces

Monument Grotesk
Laica

Papel / Paper

Arena Natural Rough
Sirio Color Vermiglione

Tiragem / Print Run

850

Depósito Legal / Legal Deposit

448 636/21

ISBN

978-989-54636-9-5

© 2021, Circo de Ideias, DGArtes, depA Architects,
Miguel Santos e autores. Todos os direitos
reservados.

© 2021, Circo de Ideias, DGArtes, depA
Architects, Miguel Santos and authors.
All rights reserved.

A utilização do Acordo Ortográfico de 1990
nos textos deste catálogo foi deixada ao critério
dos autores.

AGRADECIMENTOS / ACKNOWLEDGMENTS

Os curadores depA architects – Carlos Azevedo,
João Crisóstomo e Luís Sobral – e o curador-
-adjunto Miguel Santos agradecem a todos os
patrocinadores, parceiros e apoios, bem como a
todos os nomes mencionados na ficha técnica
pelos seus diversos contributos na construção
deste projecto. Agradecem ainda a:
The curators depA architects – Carlos Azevedo,
João Crisóstomo and Luís Sobral – and the
deputy curator Miguel Santos would like
to thank all the sponsors, partners, and
supporters, as well as everyone listed in
the colophon for their contribution to this
project's creation. They also want to thank:

A Furna – Associação dos Antigos Habitantes de
Vilarinho da Furna
Arquivo Histórico Fábrica Maceira-Liz - AHFML
Arquivo Municipal de Viana do Castelo
Canadian Centre for Architecture
Centro Português de Fotografia
Centro de Documentação 25 de Abril da
Universidade de Coimbra
Centro de Documentação do Jornal Público
Centro de Documentação do Turismo de Portugal
Divisão Administrativa, de Atendimento e Arquivo
da Câmara Municipal de Gaia
Divisão de Arquivo Municipal da Câmara
Municipal de Lisboa
Direcção de Documentação e Informação da
Global Media Group
Divisão Municipal de Arquivo Histórico da
Câmara Municipal do Porto
Fundação Mário Soares e Maria Barroso
Fundação Marques da Silva
GESCO - Gestão de Conteúdos e Meios de
Comunicação Social
Hemeroteca Municipal de Lisboa
Imprensa Nacional – Casa da Moeda
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
Museu da Luz
Relações Institucionais e Arquivo – RTP
Sistema de Informação para o Património
Arquitectónico da Direcção-Geral
do Património Cultural
Herdeiros do arquitecto
Francisco Conceição Silva
Herdeiros do arquitecto Manuel Teles
Herdeiros do arquitecto Vítor Figueiredo
Ana Jacinta Reis
Fátima Fernandes
Gonçalo Canto Moniz
Graça Correia
Isabel Raposo
Luís Matos

Joaquim Moreno
José Ferreira
João Pedro Conceição Silva
Manuel Antunes
Margarida Marques
Maria Souto de Moura
Nelson d'Aires
Pedro Baganha
Susana Lobo
Susana Varela

Agradecimento Especial /

Special Acknowledgment
O Ministério da Cultura agradece especialmente
à Fundação Ugo e Olga Levi por todo o apoio
prestado no acolhimento desta exposição.
The Ministry of Culture is especially grateful
to Fondazione Ugo e Olga Levi for all the
support provided hosting the Portuguese
Pavilion.

Foram feitas todas as tentativas razoáveis para
identificar os proprietários dos direitos de autor.
Erros ou omissões serão corrigidos em quaisquer
edições subsequentes.
Every reasonable attempt has been made
to identify owners of copyright. Errors or
omissions will be corrected in any subsequent
editions.